

Em jeito de Editorial...

Confirmou-se. Maio, no ICEA, foi um mês pleno de actividade(s).

Assinou-se o protocolo com a Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres, o Prof. Doutor Adriano Moreira tornou-se sócio honorário do ICEA, debateu-se o Acordo Ortográfico, decorreu a 4.ª Sessão Cultural Conjunta ICEA/Academia de Marinha e fez-se o Prólogo do X Curso de Verão.

Foi um mês em cheio.

Agora é tempo de preparar o X Curso de Verão, Esperam-se novidades. Participe. Inscreva-se. Vai valer a pena. No nosso site tem toda a informação necessária.

Contamos consigo. Conte connosco.

O Protocolo com a PILT (Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres)



No dia 3 de Maio, no Auditório da Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, foi assinado este protocolo que visa o apoio mútuo nas actividades promovidas pelas duas instituições no âmbito da celebração do Bicentenário da Guerra Peninsular. Assinaram o protocolo, pela PILT, o Eng. Hélder Silva, vereador da Câmara Municipal de Mafra, autarquia que, actualmente preside à Plataforma e pelo ICEA, o Dr. José de Freitas, presidente da Direcção.

No nosso site está disponível o protocolo assinado.

O (Des)acordo Ortográfico

Foi muito interessante a sessão dedicada ao acordo ortográfico. Participaram no debate o Professor Doutor Fernando Cristóvão, Presidente da ACLUS - Associação Cultural Lusófona e o Professor Doutor Adriano Moreira, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa.

O (Des)acordo Ortográfico

O que “disseram” os palestrantes...

ACORDO ORTOGRÁFICO DESFAZ AMBIGUIDADES

FERNANDO CRISTÓVÃO

(Professor Catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa,
Membro da Academia das Ciências de Lisboa,
Membro da Comissão Negociadora do Acordo)



Os debates que se têm feito sobre o Acordo Ortográfico mais têm feito por obscurecer do que esclarecer a opinião pública, devido à pouca independência dos Media que estavam claramente no contra, minimizando ou secundarizando os textos a favor, e à insistência na apresentação e relevância das figuras mediáticas que são contra. Impõe-se, por isso, um trabalho paciente para as pessoas que realmente querem ser esclarecidas, a fim de julgarem com independência. Com o objectivo de facultar elementos para esse esclarecimento, se alinham estas reflexões.

Que terá esta ortografia, ainda em vigor, de tão dogmaticamente divino que não pode ser alterada?

É estranho tanto apego, até porque nenhum, das muitas centenas de escritores que publicaram as suas obras durante séculos, até 1945 (nem Gil Vicente, nem Camões, nem Vieira, nem Camilo, nem Eça, nem Pessoa...), escreveu nesta "intangível" ortografia que, aliás, sucedeu a outras, e teve uma guerrilha semelhante à de 1990. Além disso, a de 1990 já foi ratificada e decretada pelo Presidente da República Mário Soares, e publicada no "Diário da República" (nº 193, de 23-8-1991).

Não há unanimidade sobre o novo acordo. Mas alguém conhece ter havido unanimidade a respeito de qualquer proposta ou lei nos domínios da política, da religião, da ciência, das leis do trabalho, da cultura ou da educação, do que quer que seja?

Uma coisa positiva existe em toda esta controvérsia: a evidência de que a língua é qualquer coisa que pertence a todos nós, que tem muito a ver com a nossa identidade, e daí o receio fundado/infundado de estar a ser ofendida. Acontece, porém, que a ortografia não modifica a língua e, infelizmente, muita gente, mesmo culta, ainda não se apercebeu disto.

Como é sabido, e não é demais repeti-lo, línguas houve (turco, albanês, vietnamita) que substituíram completamente a sua ortografia (árabe, grega, chinesa) pela do alfabeto latino, sem qualquer drama de vulto, e com grandes vantagens, sobretudo para a comunicação internacional e expansão das suas culturas.

Que medo então da pequena cosmética do novo acordo, aliás muito inferior à radical alteração que fez o tão "estimado" acordo de 45 em relação à ortografia anterior? Até porque a escrita ortográfica actualizada é a melhor garante da conservação das múltiplas variedades de pronúncias nacionais e regionais (maximamente de uma língua, como a portuguesa, espalhada pelas culturas do mundo inteiro). Se não se entender uma determinada variedade prosódica, entende-se, certamente, a sua escrita.

Exemplo disso é o que ocorre, não poucas vezes, nas grandes assembleias internacionais, em que o tradutor/intérprete traduz para os auscultadores dos delegados os discursos, em

inglês, ou outra língua. Acontece, porém, com frequência, que a sua pronúncia é tal que muitos, de diversificados países, embora sabendo essas línguas, não entendem tudo o que ele diz. A questão só fica resolvida quando é fornecido o texto escrito... Assim, a escrita ortográfica comum respeitou essa e quaisquer outras pronúncias, mais, ajudou-as a manterem-se, e evitou confusões.

E não se replique com o argumento ingénuo de que certas palavras ou acentuações estão de tal maneira radicadas, que seria violência cultural inadmissível alterá-las... Mas, para resolver isso é que já há muito existem na ortografia, até na actual, as formas duplas como "ouro" e "oiro", "cota" e "quota", etc., e que outras novas (são necessárias poucas), passem a existir, como acontece também em outras línguas.

O inexplicável ciúme em relação aos brasileiros, que chegou a acusar os membros da delegação portuguesa de "traidores" por cedências ao Brasil, por exemplo na questão da supressão das consoantes mudas, ignora (?) que já em 1746, o português Luís António Verney no "Verdadeiro Método de Estudar" em carta-capítulo dedicada à ortografia defende, como nos acordos ortográficos modernos, que a ortografia deve seguir a pronúncia, embora com excepções. Seguindo esse mesmo critério, ele já era da opinião de que se deviam suprimir as consoantes duplas quando uma não se pronunciava, a começar pelas dobradas; e que essa regra se aplicava também aos grupos: "passando o B, digo que esta não se deve conservar senão naqueles nomes que especialmente a têm na pronúncia, como "obstáculo", "obstante", etc., mas naqueles que hoje se pronunciam sem ela, parece-me escrupulo demasiado".

E quanto ao tão falado caso do ato, palavra em que a ditongação não se ouve (e a situação de acto é semelhante) sentença: "Ato é mui boa palavra e todos a entendem". E que dizer, em relação à hipótese que foi muito discutida e objecto de grande gáudio humorístico, em 1986, de várias supressões do H incluindo a palavra homem (a honra machista!)? Verney afirma: "não condeno quem escreve Homero, Heródoto, Herodes etc. ainda que estes três e outros semelhantes que estão já muito em uso, podem mui bem escrever-se sem H, o que até os nossos italianos já fazem".

Servem estes exemplos do "Verdadeiro Método" para mostrar que os brasileiros não podiam antecipar-se aos portugueses sobre os aspectos ortográficos em apreço, pois a sua Literatura, (e o mesmo se dirá das suas Sociedades e Academias Filológicas), segundo a mais abalizada opinião, a de António Cândido, começou por volta de 1750, e a primeira gramática que elaboraram, "Língua Nacional", de António Pereira Coruja, é de 1835, bem posterior às propostas de Verney. Se a cronologia servisse para esta guerrilha, haveria que afirmar-se que, afinal, foram os brasileiros a aprenderem alguma coisa de Verney e dos debates filológicos portugueses.

Acrescente-se que é difícil entender a desconfiança, ou ciúme, em relação ao Brasil, pois o mais lógico e proveitoso seria tomar a atitude contrária, a do orgulho de ter sido possível que a nossa língua se tenha ali constituído uma

variedade enriquecedora, como, certamente, com o tempo, irá acontecer com Angola, Moçambique, etc. Variedades estas que não prejudicam a unidade, antes a ampliam e enobrecem. Daí a importância de uma escrita comum unificada, respeitadora dessas e de outras variedades da língua.

Razão tinha o linguista Celso Cunha para afirmar "Chega-se assim à evidência de que, para a geração atual dos brasileiros, cabo-verdianos, angolanos, etc., o português é uma língua tão própria, exatamente tão própria, como para os portugueses (...). A luta pela pureza do idioma foi o anseio do século XIX: hoje, não pode ser mais o nosso principal objetivo: nossa luta tem que ser para impedir a fragmentação do idioma comum" ("Uma Política do Idioma", p. 33).

A LÍNGUA PORTUGUESA E O ACORDO ORTOGRÁFICO

ADRIANO MOREIRA

(Presidente da Academia das Ciências de Lisboa,
Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa)

A discussão sobre a oportunidade e validade do Acordo Ortográfico tem posto em evidência que nenhuma soberania é dona da língua, pelo que não haverá nenhum acordo que impeça evoluções desencontradas. O conceito que tem circulado em algumas das intervenções, e que parece ajustado à natureza das coisas, é o que sustenta que a língua não é apenas nossa, também é nossa. É por isso que acordos, declarações, tratados, são certamente adjuvantes de uma política que mantenha a identidade essencial, mas nenhum terá força vinculativa suficiente para evitar que as divergências surjam pelas tão diferentes latitudes em que a língua portuguesa foi instrumento da soberania, da evangelização, do comércio. Existem locais onde os factos tornaram evidente que a língua não resiste à falta de utilidade para os povos que estiveram abrangidos por qualquer daquelas actividades, e por isso o português sofre dessa erosão no longínquo oriente do primeiro império, tem marcas pequenas em Macau, luta com o passado apagador da língua pela ocupação de Timor pelo invasor e também com os interesses da Austrália pela expansão da língua inglesa, vai enfraquecendo em Goa. O critério da utilidade para os povos e comunidades talvez por isso não seja dispensável no discurso dos procedimentos a adoptar para que o essencial seja uma preocupação e empenho constante dos governos que têm a língua portuguesa como língua oficial, cada um sabendo que não é sua, é apenas também sua.

É certamente oportuno lembrar, nesta área do interesse que sustenta a língua, o facto de, em finais de 2005, o Governo de Pequim ter delegado no governo de Macau as relações com os países de língua oficial portuguesa. O fundamento invocado e tornado público foi a utilidade de apoiar na herança cultural portuguesa o relacionamento da China com os países hoje agrupados na CPLP. O fundamento invocado pelo governo de Macau, que reuniu naquela cidade os representantes desses Estados, mostra que os interesses da

expansão económica da China não estão a ser descurados, mas deve certamente acrescentar-se o domínio da língua portuguesa para as relações diplomáticas que precedem, fortalecem e asseguram todos os interesses do conceito estratégico da China em relação a esses Estados.

Também recordaremos, nesse plano dos interesses, a atenção que o Japão dispensa ao estudo e ensino da língua portuguesa, designadamente a nível universitário. Parece evidente que o Brasil é o dinamizador de tal interesse, e que não apenas as relações financeiras e empresariais são determinantes, mas também a diáspora japonesa, de grande presença no Brasil, faz parte das razões que inspiram essa política, podendo sem risco acrescentar-se o interesse académico pela história do Japão e relacionamento com a expansão portuguesa. Talvez em Goa esta última vertente do interesse pela língua ampare a manutenção de uma atenção duradoira, não apenas pela especificidade cultural do território, também pelo crescente interesse pelas raízes das famílias, e certamente pela história que fez e fará parte da circunstância do território e do seu povo.

Muito recentemente a ONU deu um sinal importante do interesse, com ligação ao número de países que, tendo assento no plenário da Assembleia Geral, falam português. No mês de Março, segundo foi anunciado, o sítio Web Know - Your Rights 2008.org seria tornado mais acessível a pessoas do mundo inteiro, e para isso utilizando oito línguas. Tais línguas são o inglês, o francês, o italiano, o espanhol, o alemão, o português, o holandês e o grego. Esta decisão destina-se a apoiar mais de uma dezena de projectos para os quais se pede e espera a intervenção dos parceiros da ONU, governos, parlamentos, ONGs, e entidades particulares que aderiram em nome e proveito da sociedade civil transnacional em crescimento.

O interesse comum é muito mais dinamizador de iniciativas e práticas do que a obrigatoriedade assumida por tratados cuja debilidade directiva é logo evidenciada pelo método da entrada em vigor. Talvez a maleabilidade das Declarações, que estão a ganhar relevo crescente nas relações internacionais, fosse mais indicada para servir de apoio directivo a uma política persistente de identificação e defesa do interesse comum, do que a natureza imperativa dos tratados.

Não se trata apenas de considerar a experiência da ONU que, em vista da complexidade da Assembleia Geral, não apenas quantitativa, mas também pela convergência, sem precedente na história, de todas as áreas culturais do mundo a falarem com voz própria, originalidade crítica, e interesses inovadores da conjuntura internacional, recorreu a decisões obrigatórias para o restrito Conselho de Segurança e às deliberações directivas, mas não impositivas, para a Assembleia.

O facto é que a formação de grandes espaços, económicos, de segurança e defesa, e de investigação e ensino, evidencia o recurso a Declarações directivas e não a Tratados, pondo as obrigações de diligência com preferência em relação às obrigações de resultado. A experiência europeia de redes de investigação e ensino, designadamente a Declaração de Bolonha, e de competitividade económica, designadamente Declaração de Lisboa, é paradigmática das redes que, pela sua densidade e autonomia, vão condicionado e orientando as políticas para uma convergência estratégica criadora de um tecido cultural consistente, e esse realmente imperativo.

Por isso o ensino e a investigação, no espaço europeu em definição política acelerada, estão apoiados em Declarações que presidem ao desenvolvimento de redes cada vez mais sólidas, e não em tratados. Foi esta consideração que inspirou a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, em grande parte devido à percepção do Presidente José Sarney, atento às intervenções e discussões dessa matéria. Tinha presente que a responsabilidade pela língua incumbia historicamente à Academia Brasileira de Letras, tal como em Portugal incumbe à Academia das Ciências. Mas não faltaram observações de experientes das relações internacionais, e certamente nem todos com a mesma vivência das academias, no sentido de que os novos Estados de língua oficial portuguesa, que também deveram ao brasileiro Embaixador Aparecido de Oliveira a criação da CPLP, não tinham nem a tradição, nem as vocações e recursos que os levassem a adoptar tal modelo. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa foi criado como centro de encontro entre iguais, para, identificando os interesses comuns, convergirem nas políticas destinadas a servir esses interesses, salvaguardando o instrumento insubstituível que é a língua. Não parece ter acontecido que a inspiração do Instituto Internacional da Língua Portuguesa tenha sido revisitada, mas também não parece que o critério que orientou a sua criação deva ser ignorado.

Não faltam pois advertências no sentido de que não é sempre um tratado o melhor dos instrumentos para a internacionalização da língua, e referência de que a utilidade da língua para os povos e comunidades é, ao lado daquela intervenção, um apoio mais forte e determinante, sendo necessário meios para sustentar o interesse.

Em alguns casos, como em Timor, trata-se de uma opção de governo relacionada com a defesa da própria identidade em luta com um passado dramático. Mas ao lado desse interesse ligado a um projecto de futuro independente, destaca-se o

interesse matricial da valorização da língua como instrumento do desenvolvimento da qualidade, como portadora de valores, como dinamizadora da produção artística, para além de coluna da identidade. Em todos estes aspectos são necessários os instrumentos do sector público para valorizar o ensino, para fortalecer a pertença cultural, para aprofundar a compreensão e adesão ao conceito humanista integrador. Mas, falando de interesses e de recursos humanos e financeiros nesta área da língua, e por acréscimo na área das humanidades, talvez, sobretudo tendo escolhido o modelo do tratado e a modalidade da sua entrada em vigor, não é possível deixar de avaliar os recursos financeiros e humanos exigidos para desenvolver as obrigações assumidas.

Em primeiro lugar, a responsabilidade pela dinamização do processo, e o sentido indispensável de o tornar executável, aconselham a reparar no caso Timor, no qual a luta pela implantação da língua é crucial. E por isso avaliar e assumir em que medida a comunidade linguística está disposta e capaz de assegurar, para servir o interesse comum, os meios de que Timor não dispõe. Entre os apoios necessários está a decisão de não perder tempo, decisão que é uma dádiva valiosa em face dos desafios externos e das debilidades internas que afectam o Estado. Esta exigência tem uma dimensão variável para as comunidades da diáspora, e também para vários Estados de língua oficial portuguesa, e não é realista imaginar que, salvo o Brasil, os recursos financeiros e humanos para assumir as obrigações do Tratado dispensam uma planificação financeira que ampare as limitadas disponibilidades. Em suma, trata-se de meditar sobre o facto de que as medidas que o Tratado exige, e desde que identificadas, exigem viabilização de recursos humanos e financeiros, e que sem um plano de ajuda, elaborado de acordo com as necessidades variáveis de cada Estado membro e das comunidades, o prazo de execução adoptado não garante que a realidade acompanhe o tratado. O descaso de que as humanidades estão a ser objecto, vítimas da sombra que a teologia de mercado projecta nos planos de reorganização da investigação e do ensino nessa área, aconselha a que, feita a lei, não se deixem de se ouvir as vozes que lembram a regra de que a lei em geral não resolve problemas, inicia problemas. O mais visível deles, nesta data, é planificar os apoios dos recursos técnicos e financeiros necessários para que todos, e cada um dos Estados e comunidades, à medida das suas circunstâncias, executem o projecto. O método da Declaração seria mais maleável; o método do Tratado é pouco condescendente para com as debilidades; o método das Declarações apoia os pequenos passos e valoriza o esforço. Escolhido o Tratado, é inadiável tratar de evitar o triunfo das debilidades.

A língua é uma tão essencial expressão da identidade dos povos, um tão indispensável instrumento de afirmação no mundo, que não devem estranhar-se as discussões não apenas técnicas, mas também apaixonadas, que rodeiam as intervenções directivas de qualquer origem, e certamente com destaque para as que envolvem a soberania. É um valor essencial que a cidadania não pode deixar de acompanhar, e que exige que todas as dúvidas e inquietações que rodeiam os processos decisórios fiquem na memória vigilante da evolução que requer cuidados, recebe criatividade que surpreendem, mas sem perder a qualidade de ser a pátria que não é só nossa, mas é nossa.

(Discurso proferido na Assembleia da República, no dia 7 de Abril de 2008)

4.ª Sessão Cultural Conjunta ICEA/Academia de Marinha

No âmbito do protocolo existente entre as duas instituições, decorreu no passado dia 6 de Maio, a 4.ª Sessão Cultural Conjunta, subordinada ao tema “Navegações e Naufrágios nas Costas Portuguesas”.

Foram oradores a Prof.ª Doutora Margarida Garcez Ventura, o Com.te Fernando Gomes Pedrosa, o Com.te José Malhão Pereira e o Prof. Doutor António Santos Pascoal. Foi uma sessão muito enriquecedora.

No nosso site está disponível a apresentação feita pela Prof.ª Margarida Garcez Ventura, mas deixamos aqui alguns dos seus tópicos de reflexão.

NAVEGADORES, PIRATAS, CORSÁRIOS, GUARDIÃES DA CRISTANDADE: PORTUGUESES NO MEDITERRÂNEO EM MEADOS DO SÉC. XV

MARGARIDA GARCEZ VENTURA

(Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

A historiografia portuguesa que se dedica ao século XV tem dado atenção, no que concerne às acções de Portugal no “além-mar” a três ordens de factos: à expansão atlântica, à exploração da costa africana e à conquista de praças no norte de África; alguns autores recentes (de que destacamos Manuela Mendonça) têm estudado as viagens por terra no continente africano, já nos finais do século. Raramente se realça a interligação destas frentes como prova de uma política coerente e de uma acção estratégica concertada de Portugal e da cristandade em relação ao mundo muçulmano. Mais ainda: raros estudos (só os de Manuela Mendonça e de Luís Adão da Fonseca) têm em conta a presença portuguesa na área de charneira entre o mundo cristão e o muçulmano, ou seja, no Mediterrâneo. E, no entanto, bastará reler a documentação por demais conhecida, respirar ao lado, por exemplo, da obsessão pelas responsabilidades do desaire de Tânger....

Há pouco falámos de estratégia da cristandade frente ao mundo muçulmano, pois são estas duas áreas que estão em confronto - religioso, económico, político e militar - quando consideramos as questões do séc. XV. Simplificamos, pois se é certo que a cristandade é um conceito político-religioso, não é um conceito unitário, nem do ponto de vista religioso nem, sobretudo, do ponto de vista político. A Guerra dos 100 Anos e o Cisma do Ocidente (para referimos somente casos próximos da época que nos importa) são disso prova, para já não falar na separação do mundo bizantino coincidente com a Igreja Ortodoxa (separada desde 1054).

Mas também é verdade repetida à exaustão deste a pregação da primeira cruzada que essa divisão, não só é absurda (pois não são todos reinos cristãos?) mas é impeditiva da eficácia dos planos militares contra o inimigo “arquétipo”, isto é, o muçulmano.

Contudo, na realidade, estamos longe de um mundo inexoravelmente dividido entre os fiéis de Cristo e os infiéis, com os respectivos domínios políticos, militares e económicos. Ao contrário da proposta - teórica, é certo - do Papa João VIII, nos finais do século IX, entre o território do Bem e o território do Mal, vai existir circulação de pessoas, de ideias e, até, de interesses políticos. O antagonismo formal é constantemente quebrado em todas as instâncias.

A evolução do mapa político do século XV é marcada pelo avanço do Turco. No século XIV reacende-se (no chamado oriente cristão) a instabilidade frente ao muçulmano. Na verdade, embora algumas vitórias tenham permitido a existência de pequenos enclaves cristãos - referimo-nos sobretudo à conquista de Rodes pelos Hospitalários em 1309 - o avanço dos Turcos Otomanos é globalmente imparável, sobretudo após a vitória sobre a cavalaria franca em Nicópolis, em 1396. Em 1423 a conquista da Moreia (uma região ao sul do Peloponeso) marca uma nova fase de grande perigo para a permanência dos cristãos no Mediterrâneo.

Neste mundo dividido, o Mediterrâneo funciona como uma fronteira permeável. Assumimos a aparente contradição deste enunciado. Mas sabemos que por ele circulam os inevitáveis mercadores que tratam com cristãos e infiéis todo o tipo mercadorias, lícitas e ilícitas; também circulam navegadores em reconhecimento de rotas, (faltaram estes no título desta comunicação...) corsários e piratas: homens de armas que no mar capturam navios cristãos ou muçulmanos por conta de um rei, de um príncipe, ou por sua própria conta. Toda esta gente passa de um status ao outro com muita facilidade, pois podem sair do serviço de um senhor para se proclamarem soldados na luta contra o infiel e, mesmo, integrarem uma Ordem Militar... e juntarem-se aos que, no título, designei como guardiães da Cristandade, em particular aos Hospitalários.

Prólogo ao X Curso de Verão da Ericeira

Decorreu no passado dia 31 de Maio a Conferência-Prólogo do X Curso de Verão, com o título “Nova Alcácer-Quibir. Portugal entre a balança da Europa e o fim do sonho de um Reino Unido”. Foi orador o Professor Doutor José Adelino Maltez.

Foi irreverente, controverso, sarcástico, provocador... Brilhante!

Esperamos, no próximo NotICEAs, poder apresentar algumas das “provocações” que o Prof. Adelino Maltez nos deixou...

Pág. V

